



ISSN nº 2595-7341

Vol. 2, n. 1, Janeiro-Abril, 2019

GÊNERO, SEXUALIDADE E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: A extensão universitária como espaço de diálogo interdisciplinar e interseccional

GENDER, SEXUALITY AND ETHNIC-RACIAL RELATIONS: The university extension as a space for interdisciplinary and intersectional dialogue

GÉNERO, SEXUALIDAD Y RELACIONES ÉTNICO-RACIALES: La extensión universitaria como espacio de conversación interdisciplinario e interseccional

Bruna Andrade Irineu¹
Cristina Vianna Moreira dos Santos²
Ismael Barreto Neves Júnior³
Hellen Kárita Rabelo da Silva⁴

¹ Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT e Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: brunairineu@gmail.com.

² Professora do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins - UFT e Coordenadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos. Doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: cristina.vianna@uft.edu.br.

³ Graduando em Educação Física pela Universidade Federal do Tocantins - UFT e Bolsista de Extensão vinculado ao Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos - UFT. E-mail: ismaelbarreto@gmail.com.

⁴ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins - UFT e Discente de Estágio Supervisionado em Serviço Social no Projeto de Extensão "Diálogos sobre gênero, sexualidade e relações étnico-raciais" vinculado ao Programa de Extensão de Assessoria em Gênero e Diversidade. E-mail: hellen_bjs@hotmail.com.



ISSN nº 2595-7341

Vol. 2, n. 1, Janeiro-Abril, 2019

RESUMO

Este trabalho relata uma experiência de extensão destinada à alunos, técnicos e professores da Universidade Federal do Tocantins, campus de Miracema. O curso "Diálogos sobre gênero, sexualidade e relações étnico-raciais" foi realizado observando a ausência de disciplinas abordando gênero, sexualidade e raça nos Projetos Pedagógicos de Curso. Com a expansão e interiorização das universidades e o fomento na área de educação em direitos humanos e combate a homofobia, criou-se o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos, buscando fortalecer os Estudos Feministas através da pesquisa e da extensão em gênero e sexualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo; Gênero; Sexualidade; Raça; Extensão.

ABSTRACT

This paper reports an extension experience for students, technicians and professors of the Federal University of Tocantins, Miracema Campus. The course "Dialogues on Gender, Sexuality and Ethnic-Racial Relations" was carried out observing the absence of subjects addressing gender, sexuality and race in the Course Pedagogical Projects. With the expansion and internalization of the universities and the promotion in the area of education in human rights and fight against homophobia, was created the Group of Studies, Research and Extension in Sexuality, Corporalities and Rights was created, seeking to strengthen Feminist Studies through research and extension in gender and sexuality.

KEYWORDS: Feminism; Gender; Sexuality; Ethnicity; Extension.

RESUMEN

Este artículo relata una experiencia de extensión destinada a estudiantes, técnicos y profesores de la Universidad Federal de Tocantins, en el Campus de Miracema.



ISSN nº 2595-7341

Vol. 2, n. 1, Janeiro-Abril, 2019

El curso "Diálogos sobre género, sexualidad y relaciones étnico-raciales" fue realizado observando a la ausencia de disciplinas abordando género, sexualidad y raza en los Proyectos Pedagógicos de Curso. Con la expansión e interiorización de las universidades y el fomento en el área de educación en derechos humanos y combate a la homofobia, se creó el Núcleo de Estudios, Investigaciones y Extensión en Sexualidad, Corporalidades y Derechos, buscando fortalecer los Estudios Feministas a través de la investigación y de la extensión en género y sexualidad.

PALABRAS CLAVE: Feminismo; Género; Sexualidad; Raza; Extensión.

Recebido em: 13.09.2018. Aceito em: 18.12.2018. Publicado em: 03.01.2019.



ISSN nº 2595-7341

Vol. 2, n. 1, Janeiro-Abril, 2019

Introdução

No ano de 2019, o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos, vinculado a Universidade Federal de Tocantins (UFT) e ao Câmpus de Miracema do Tocantins, completará 10 anos de atuação no estado. Inicialmente, desenvolveu seu trabalho articulado exclusivamente ao Curso de Serviço Social, ampliando suas abordagens ao assumir caráter interdisciplinar, reunindo pesquisadoras/es da Linguística, da Educação e, mais recentemente, da Psicologia; estudantes bolsistas da Comunicação Social, Direito, Educação Física, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social.

Neste tempo de atividade, o Núcleo executou 15 projetos de extensão envolvendo realização de cursos, elaboração de material didático, produção audiovisual e assessoria à movimentos sociais e órgãos do poder público. Nestes projetos somou-se cerca de 1.000 pessoas participando diretamente das ações desenvolvidas e uma equipe formada por 25 estudantes de graduação, 05 estudantes de mestrado, 02 estudantes de doutorado, 10 pesquisadores/as mestres ou doutores e mais de 50 docentes convidados de outras universidades ou movimentos sociais.

Com a dimensão que este trabalho tomou, em um curto prazo de tempo, pôde-se consolidar conceitos e referências teórico-metodológicas que têm sido centrais à concepção de extensão universitária desenvolvida pelo Núcleo. Dentre elas, a centralidade da perspectiva feminista nas ações, tendo como pilar de sustentação a premissa da educação como prática de liberdade, da interdisciplinaridade como espaço plural e dialógico do conhecimento



ISSN nº 2595-7341

Vol. 2, n. 1, Janeiro-Abril, 2019

(MACHADO, 1992) e da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe social (CRENSHAW, 2002) como dimensão fundamental de reconhecimento, redistribuição e representatividade (FRASER, 2007).

Quanto a dinâmica metodológica, nos cursos de extensão temos privilegiado formatos horizontalizados, circulares e construtivistas. Utilizando recursos distintos que tragam a/o participante para o centro da roda de conversa, a partir de suas vivências político-acadêmicas e trajetórias de vida. O público-alvo tem sido, especialmente, profissionais que atuarão nas mais diversas políticas públicas, formados ou em processo de formação, e ativistas dos movimentos sociais. Do mesmo modo, a carga horária é definida a partir de cada escolha temática que fazemos ao longo do planejamento anual que construímos coletivamente no Núcleo.

A sistematização dos processos educacionais e a composição dos relatórios que apreenderam o impacto de cada ação é uma etapa bastante valorizada em nossa concepção de extensão. Principalmente, porque partilha-se da ideia de que a extensão é locus profícuo de um tipo singular de conhecimento, haja visto envolver uma ação prática e interventiva junto à comunidade geral, acadêmica, instituições públicas e movimentos sociais. Se nela, se produz saberes específicos, entende-se que há nisso uma potência para transformação social através de uma estratégia que envolve a luta permanente pela educação pública, laica, socialmente referenciada e de qualidade.

Deste modo, este artigo busca explorar o percurso que envolveu um curso de extensão realizado no primeiro semestre do ano de 2017 no Câmpus de Miracema, relatando a proposta e execução do curso, e avaliando o impacto do mesmo no cotidiano acadêmico enquanto uma micropolítica (FOUCAULT, 1981)



ISSN nº 2595-7341

Vol. 2, n. 1, Janeiro-Abril, 2019

que opera pela multiplicidade dos gêneros e das sexualidades em termos democráticos.

Um panorama da extensão universitária em gênero, raça e sexualidade

Serrano (2015) afirma que o conceito de “extensão” passou por várias nuances e reformulações no percurso da história. De cursos à serviços, à extensão assistencial, à extensão ‘redentora da função social da Universidade’, à extensão como correlação entre universidade e sociedade, à extensão cidadã, “identifica-se uma ressignificação da extensão nas relações internas com os outros fazeres acadêmicos, e na sua relação com a comunidade em que está inserida” (SERRANO, 2015, p. 1). Destarte, a extensão torna-se compreendida como processo educativo, cultural e científico que promove o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. Essas mudanças históricas tiveram como marco legal a inclusão na Constituição e a organização do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, no fim da década de 1980, e deram à comunidade acadêmica, as condições e o lugar para uma conceituação precisa da extensão universitária.

A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a



ISSN nº 2595-7341

Vol. 2, n. 1, Janeiro-Abril, 2019

Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FÓRUM NACIONAL, 1987 apud SERRANO, 2015).

Fernandes e Irineu (2015), considerando a educação superior no período da gestão federal do PT (Partido dos Trabalhadores), identificaram em levantamento acerca das extensões universitárias em gênero e sexualidade, uma diversidade de propostas que buscaram correlacionar as dimensões ensino–pesquisa–extensão. Ao mapear isto, reconhecem a existência de relatos de experiência e/ou produtos finais de projetos desenvolvidos nas universidades envolvendo intervenção, produção de materiais didático-pedagógicos, entre outros, que articulam a relação entre universidade e movimento social.

Observamos uma tendência em buscar a interseccionalidade nas ações entre os marcadores sociais da diferença, bem como a transversalidade dos objetivos propostos em diferentes áreas e instituições. Fazer com que o conhecimento em gênero e sexualidades circule na comunidade com vistas à transformação social é prerrogativa de ações que priorizam engajamento político à capacidade transformadora da universidade. (FERNANDES e IRINEU, 2015, p.59).

Deste modo, cabe salientar que as demandas de gênero, sexualidade e raça da sociedade civil brasileira conduziram a criação de espaços institucionais na estrutura governamental federal que implementaram, na última década, ações temáticas articuladas com a educação superior. Os editais do Programa Nacional de Extensão (PROExt), do Ministério da Educação (MEC), foram importantes para a consolidação de espaços educacionais nestes temas articulados a extensão universitária. Além disso, outras ações do MEC vinculadas a Coordenação de



ISSN nº 2595-7341

Vol. 2, n. 1, Janeiro-Abril, 2019

Educação em Direitos Humanos, também promoveram projetos e programas com recursos financeiros.

No entanto, é notório que desde 2015 (e com maior intensificação após 2016), os recursos na educação superior vem sofrendo cortes significativos que tem atingido especialmente as dimensões da extensão e da pesquisa, com maior impacto na restrição dos números de bolsas estudantis. Ressalta-se isso, com intuito de ponderar sobre os efeitos micropolíticos das ações de extensão em gênero, raça e sexualidade, sem perder a leitura da macropolítica. A popularização da educação nunca foi uma preocupação das elites econômicas do país, entretanto, as políticas sociais são “conquistadas” em uma correlação de forças entre as demandas da sociedade civil postas através das lutas sociais e o outorgamento/concessão do Estado a estas por pressão dos movimentos sociais.

Assim, estas considerações preconizam o cenário que envolve o percurso de um curso de extensão, que fora elaborado sem qualquer recurso financeiro além de 06 bolsas a um estudante, que apoiou o curso desde sua preparação, divulgação a execução. A estrutura do Núcleo que citamos na seção anterior, tem sido fundamental para continuidade das ações de extensão mesmo em uma conjuntura de cortes orçamentários. O que pode apontar para a importante ação de incentivo a criação de núcleos de gênero e sexualidade nas universidades garantida através do Programa Brasil sem Homofobia (2004) pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, ao qual tivemos acesso no ano de 2010. Iniciativa que demonstra a relevância também do Estado continuar a fomentar a preservação destes equipamentos e materiais de núcleos já criados.



ISSN nº 2595-7341

Vol. 2, n. 1, Janeiro-Abril, 2019

O percurso da extensão “Diálogos sobre gênero, sexualidade e relações étnico-raciais”

O projeto de extensão “Diálogos sobre gênero, sexualidade e relações étnico-raciais” envolveu uma proposta de curso de extensão de 40 horas cujas etapas de desenvolvimento do projeto evoluíram: 1) a preparação do material teórico e audiovisual do curso; 2) reuniões com a equipe de professoras, bolsistas e estagiária do Serviço Social; divulgação das inscrições do curso; 3) organização semanal do curso; 4) sistematização de cada encontro no diário de campo; 5) socialização da experiência a partir de trabalhos acadêmicos e comunicações virtuais e redes sociais.

O curso teve início com a apresentação das duas professoras facilitadoras e da equipe de estudantes do núcleo, discutindo a proposta do trabalho a ser desenvolvido e contou com a presença de 40 cursistas entre acadêmicas/os, professoras/es, agentes de saúde e estudantes secundaristas. A conversa foi seguida com a aplicação de um questionário para coletar dados das/os participantes objetivando traçar um perfil deste grupo. Posteriormente, partimos para a apresentação dos/as alunas/os por meio da confecção de crachás onde foi pedido que elas/es escrevessem o nome pelo qual gostariam de ser chamadas/os, um desenho e uma palavra que os representava e que os instigaram a fazer parte do projeto.

Os temas do curso foram organizados em módulos, e os diálogos foram construídos a partir dos conceitos de feminismos, gênero, sexualidade, relações étnico-raciais e interseccionalidade. O debate sobre feminismos foi iniciado a partir de uma pergunta geradora “O que é feminismo?” e do debate dos filmes “As sufragistas” e “Memórias de uma mulher invisível”. A turma foi dividida em



ISSN nº 2595-7341

Vol. 2, n. 1, Janeiro-Abril, 2019

grupos que tiveram a tarefa de apresentar o que entendiam por feminismo. Observou-se como os grupos se organizaram e escolheram suas lideranças. Mesmo com a formação de vários grupos mistos, a liderança na maioria das apresentações foi exercida por mulheres. O pensar sobre os feminismos nos primeiros encontros vem justamente provocar essas/es participantes para refletir criticamente sobre suas relações nos espaços que vivem.

Durante os encontros, foi possível apresentar autoras como Gayle Rubin e Judith Butler quando adentramos no módulo sobre gênero. As/os participantes foram instigadas/os a identificar o lugar do desejo, do gênero e da sexualidade no corpo, através da dinâmica onde se desenhou em papel pardo grande, o contorno de um corpo. As/os cursistas deveriam localizar essas dimensões fazendo marcas sobre o contorno no início da aula, ou seja, antes do debate. Após a discussão sobre gênero, corpo e desejo foi solicitada a mesma tarefa, mostrando visivelmente a mudança de percepção sobre o corpo. Butler (2003) e Louro (2004) apoiaram teoricamente a discussão sobre corpo, gênero e sexualidade, a partir de conceitos como matriz heterossexual, heterormatividade e heterossexualidade compulsória, permitindo problematizações pouco debatidas nas disciplinas curriculares das graduações do campus.

O documentário "Porque a bíblia me diz assim" ampliou a discussão sobre gênero articulando a dimensões da sexualidade, no sentido aplicado por Rubin (1989), e do imperativo heterossexual contido na moral sexual religiosa. O debate sobre o filme trouxe a reflexão para muitos das/os participantes, sobre como as pessoas se posicionam no debate sobre religião versus sexualidade, incitando comportamentos preconceituosos e de discriminação ou promovendo uma cultura de respeito e garantia de direitos para a população LGBT (lésbicas, gays,



ISSN nº 2595-7341

Vol. 2, n. 1, Janeiro-Abril, 2019

bissexuais, travestis e transexuais). A partir desse tema tem início o diálogo sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos.

Reproduzimos o documentário “Uma História Severina”, que possibilitou um debate sobre direitos reprodutivos. Para a discussão sobre direitos sexuais, utilizamos o documentário “Vestido de Laerte” abordando as transidentidades e, especialmente, a transexualidade. “Priscilla, Rainha do Deserto”, filme assistido pela turma, narrou como a sexualidade e a orientação sexual eram vistas na década de 1990, representando um marco cultural para a visibilidade LGBT. As facilitadoras articularam os documentários e o filme com a exposição de legislações e resoluções das áreas de Educação, Serviço Social e Psicologia, construindo um diálogo sobre a garantia de direitos na formação profissional.

Posteriormente, as facilitadoras trouxeram a temática para a área de formação e atuação de cada participante, através de diversas situações-problema com diferentes personagens e lugares de atuação. As/os cursistas, organizados em equipe, deveriam pensar e apresentar uma forma de resolução para cada situação-problema. Abordar sexualidade no contexto vivenciado e teórico foi importante, pois muitas/os das/os cursistas relataram que se deparam com situações semelhantes, o que permitiu trazer para a conversa as próprias experiências costuradas com a vivência partilhada.

A aula expositiva e a discussão sobre HIV/Aids, as formas de prevenção, o acolhimento na área de saúde e o tratamento foram potencializadas pela dinâmica que separou a turma em dois grupos organizados em filas. Diagnósticos diferentes para HIV/Aids foram colocados em cartazes pregados nas costas das/os cursistas. Frente a frente, participantes deveriam se escolher e se abraçar sem a revelação do diagnóstico. O abraço permitiu valorizar a dimensão do afeto



ISSN nº 2595-7341

Vol. 2, n. 1, Janeiro-Abril, 2019

na relação com a pessoa vivendo com HIV/Aids e dialogar sobre o enfrentamento do estigma, do preconceito e da discriminação, por meio do contato e da troca.

Dirigimos a turma para o módulo raça/etnia com a apresentação do audiovisual "Chimamanda Adichie, o perigo de uma única história". A temática das aulas foi coordenada por convidadas/os de militância negra e acadêmica, os feminismos negros foram debatidos a partir de autoras como Ângela Davis, Chimamanda Adichie, Sueli Carneiro, e o filme "Moonlight: Sob a luz do Luar", permitiu articular o debate raça/etnia, masculinidades e homossexualidade.

Conduzimos o término dos módulos com o debate sobre interseccionalidades. O encontro começou com o curta "Hoje eu não quero voltar sozinho", trazendo a reflexão sobre LGBT e deficiência. "No avesso da noite de Palmas", curta produzido pelo Núcleo sobre sociabilidade e consumo LGBT em Palmas, foi utilizado para levantar a discussão sobre classe social/sexualidade/raça, através de exposições dialogadas.

Foram apresentadas pesquisadoras que abordam a temática como Creshawn (2002). Em uma das atividades, foi questionado aos participantes quais seriam os marcadores sociais da diferença que lhe interpelavam, provocando a expressão de distintos afetos entre os presentes, fomentando uma reflexão crítica sobre seu pertencimento. Tivemos a presença de um convidado, professor e militante, que contribuiu discutindo Teoria Queer e apresentando autores como Foucault, Michel Misse, Teresa de Lauretis, Hiro Okita. A política nacional da saúde integral LGBT foi abordada pelo mesmo, finalizando o módulo.

No encerramento do curso foi preparada uma programação lúdica, comemorativa e avaliativa envolvendo as temáticas do curso, no formato de um Sarau Cultural. As atividades de encerramento envolveram uma oficina de dança



ISSN nº 2595-7341

Vol. 2, n. 1, Janeiro-Abril, 2019

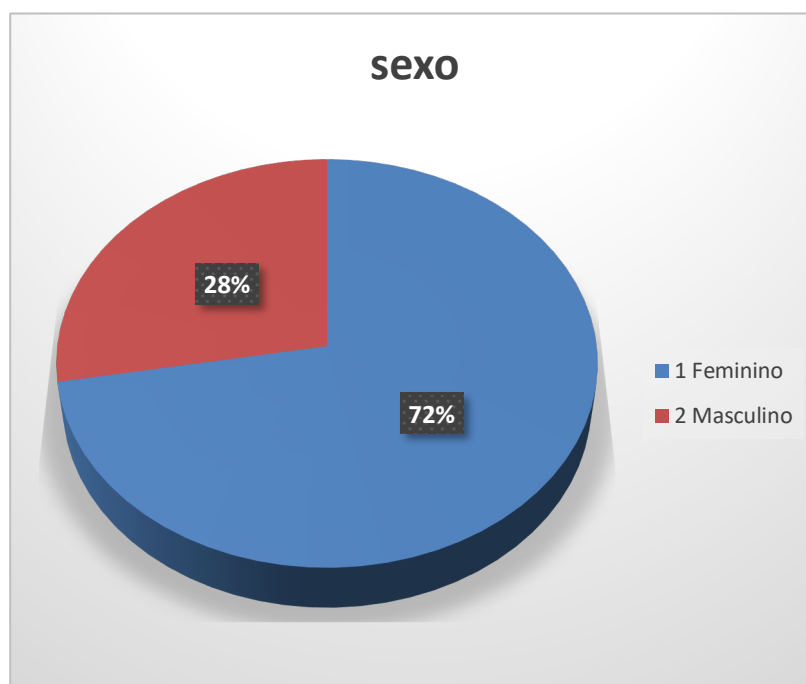
com salto conduzida por professor convidado do Curso de Educação Física, oficina de turbante conduzida por uma aluna ativista do movimento negro e a dinâmica de avaliação conduzida pelas facilitadoras a partir dos levantamentos de entraves para o debate sobre sexismo, racismo e homofobia nas instituições. A partir de cada entrave levantado, o grupo precisou construir alternativas para “desentravar” o debate, o que permitiu o diálogo e a reflexão sobre estratégias de enfrentamento às lógicas institucionais familiares, religiosas e estatais.

O impacto do curso de extensão no cotidiano acadêmico: micropolítica e educação como prática de liberdade

As ações, explicitadas na seção anterior, foram desenvolvidas durante 40 horas de trabalho. Deste modo, passou a ser nosso interesse conhecer a relevância e o impacto do curso de extensão apresentando o perfil das/os cursistas.

Os cursos de Licenciatura em Pedagogia e os Bacharelados em Serviço Social e em Psicologia possuem em sua formação histórica uma prevalência de mulheres, sendo consideradas socialmente “profissões femininas”. A preponderância desta realidade se repete em nossa realidade, na medida em que as/os cursistas vinculadas/os a estes cursos revelam, um percentual de 72% de pessoas que se identificaram como sendo do sexo “feminino” e 28% do sexo “masculino” (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Número de participantes do curso por sexo

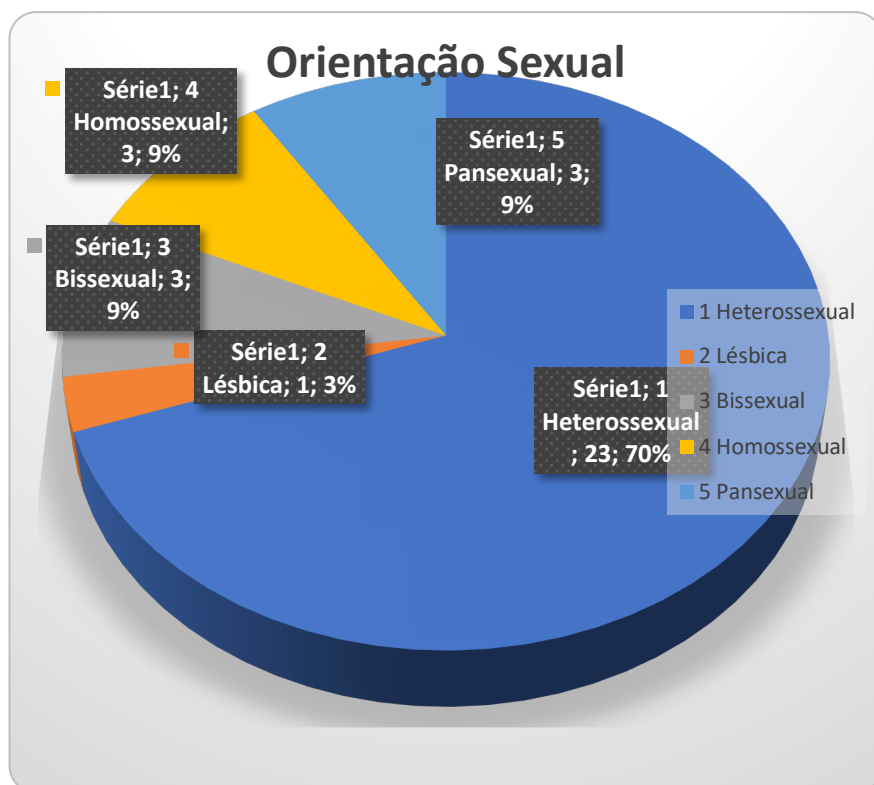


Fonte: Pesquisa Direta, 2017.

O curso de Educação Física, diferentemente, tem uma prevalência masculina, em relação aos outros três cursos presentes no Câmpus. Observou-se ainda, que apenas duas pessoas deste curso se inscreveram no curso de extensão, reforçando assim, as análises de Louro (2004) acerca do gênero da docência e as compreensões de que, quando se trata de formação continuada em gênero e sexualidade, os homens profissionais da educação pouco se envolvem em processos de qualificação neste debate optando por negligenciar esses temas em sala de aula ou mesmo reforçar padrões hegemônicos de masculinidade no cotidiano de ensino-aprendizagem.

Entre as/os cursistas, percebe-se ainda neste perfil, que a orientação sexual, se observada de modo agregado, demonstra que 70% se identificaram como heterossexuais, e as/os demais 30% se atribuíram vinculações identitárias sexuais fora da heterossexualidade (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Número de participantes por auto-atribuição de orientação sexual



Fonte: Pesquisa Direta, 2017.

Assim, é possível notar, que as temáticas abordadas no curso, são procuradas preferencialmente por mulheres (independente da orientação sexual)



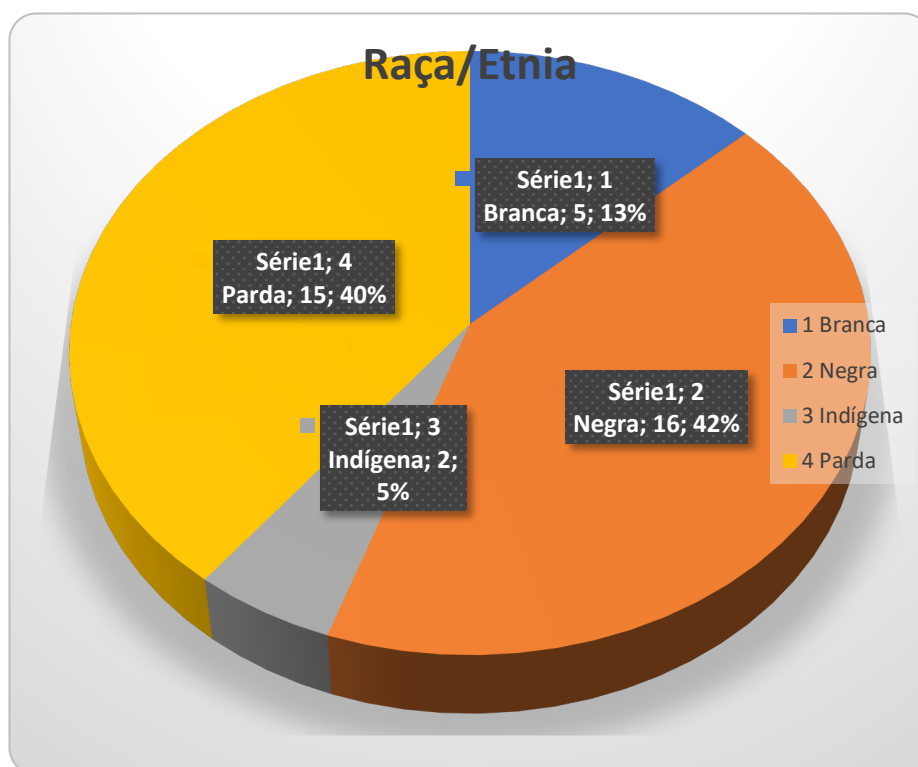
ISSN nº 2595-7341

Vol. 2, n. 1, Janeiro-Abril, 2019

e por homens homossexuais, dado a própria estigmatização dos estudos de gênero no âmbito das ciências sociais e humanas, e também do “pânico moral” (RUBIN, 1989) que envolve esses temas que ousam fazer enfrentamento a vigilância as normas sexuais e de gênero.

No estado Tocantins, dado a sua formação social e cultural, vemos uma marcada presença de povos indígenas e negros. Deste modo, deixamos o campo “raça/etnia” aberto no questionário para que as/os cursistas livremente se colocassem frente a este marcador social. No gráfico 3, vemos que 42% das/os cursistas se consideram da raça/etnia negra, todavia o fato de termos o campo de questionário aberto, fez com que 40% se auto-atribuíssem o termo “pardo”, que é uma categoria usualmente utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divide pretos e pardos. Longamente, “pardo” tem sido analisada por pesquisadoras/es negros enquanto uma categoria dilemática, porém importante em momento datado da luta pelo reconhecimento racial brasileiro (CARNEIRO, 2011; ALVES, 2016).

Gráfico 3 – Número de cursistas por auto-atribuição de raça/etnia



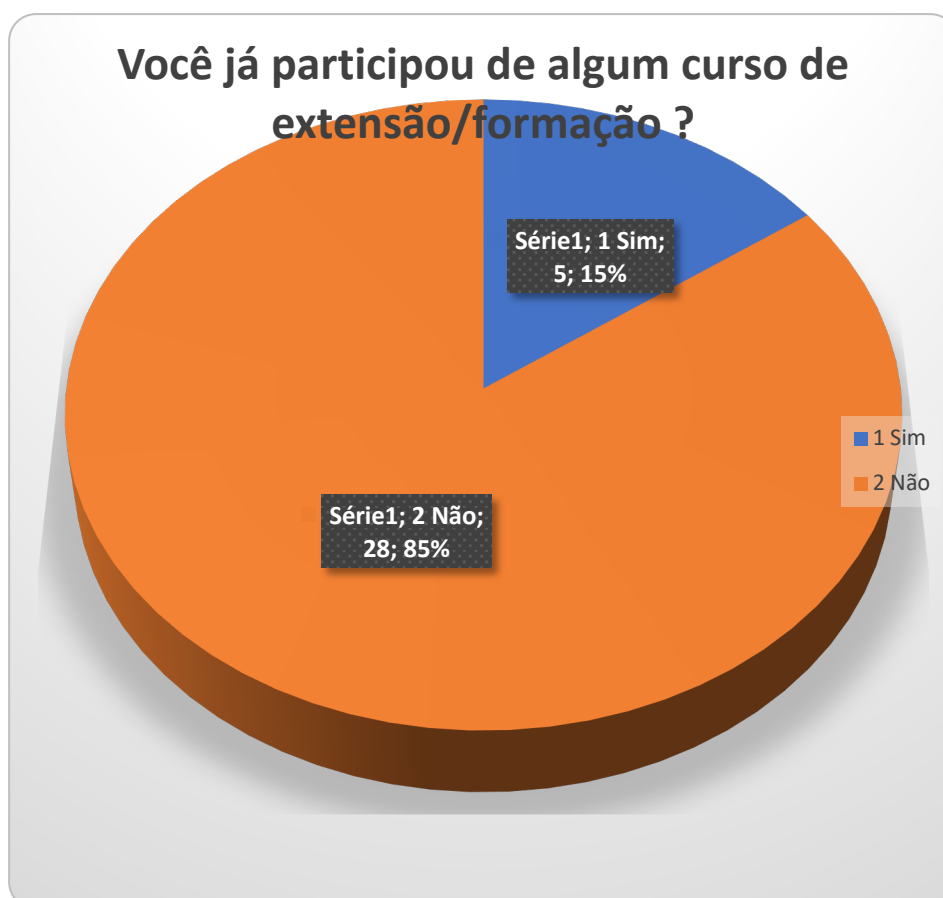
Fonte: Pesquisa Direta, 2017.

Somando assim, de maneira agregada, um total de 82% de participantes que se auto-atribuíram identidade negra. O próprio tema sobre pertencimento racial e colorismo, que envolve as relações étnico-raciais, foi abordado a partir do protagonismo de facilitadoras/es dos movimentos negros locais e na articulação do tema com o debate feminista e de gênero por pesquisadoras negras vinculada ao Núcleo.

Outra preocupação que temos é mapear o lugar do curso na trajetória de cada participante, verificando se os mesmos estão tendo este conteúdo pela

primeira vez ou se já o acessaram em momento anterior. Assim, acerca da participação em cursos de extensão, 85% das/os cursistas nunca havia participado, e dos 15% que já participaram de cursos de extensão ou formação (Gráfico 4), ninguém participou de algum curso sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual (Gráfico 5).

Gráfico 4 – Participação em qualquer curso de extensão e/ou formação



Fonte: Pesquisa Direta, 2017.

Gráfico 5 – Participação em cursos de extensão sobre gênero e diversidade sexual



Fonte: Pesquisa Direta, 2017.

O dado acima, nos parece um forte indicador de escassez de oferta do tema gênero, sexualidade e raça/etnia na formação profissional, o que certamente origina uma demanda caracterizada pela alta procura de cursistas pela extensão no período de inscrição para todos os cursos que o Núcleo tem ofertado nestes quase 10 anos de existência. Irineu, Oliveira e Rodrigues (2016) afirmam que, com a obrigatoriedade do Ensino de História da África, através da



ISSN nº 2595-7341

Vol. 2, n. 1, Janeiro-Abril, 2019

Lei nº 10.639/1996, a presença de disciplinas obrigatórias abordando conteúdos sobre raça/etnia tiveram um aumento em relação a gênero e diversidade sexual, porém como analisa Alves (2016), nem sempre a ênfase está em conteúdos racializados e que protagonizam autorias do pensamento social negro.

Já no debate sobre gênero e sexualidade, o recente embrólio da falaciosa “ideologia de gênero” tem cerceado discussões na educação básica. Como salienta Cornejo-Valle (2017), este cerceamento é um “fenômeno transnacional” articulado por partidos conservadores e lobbistas com discursos ambientados pela Igreja Católica e outras igrejas (no Brasil se destacam as igrejas evangélicas). Há ainda, uma evocação das ciencias médicas, jurídicas e biológicas na elaboração de linguagens que revertem os sentidos de conceitos teóricos e categorias políticas centrais as lutas por direitos às mulheres e pessoas LGBT, como o próprio caso do “gênero” no termo “ideologia de gênero”, do “direito a livre expressão” no caso da retórica da Bancada Evangélica no Congresso Nacional que se afirmou anti criminalização da homofobia ou mesmo da “cultura da morte” que vem sendo invertida das pautas feministas para as reações anti-aborto.

Embora esse fenômeno transnacional se inicie nos anos 2000, impactando especialmente os últimos 5 anos no cerceamento do debate de gênero e sexualidade na educação básica brasileira, esta movimentação ainda não tem reduzido o efeito nas demandas por esse debate na formação superior. O que se demonstra no aumento considerável, nos últimos 20 anos, de grupos de pesquisa na área de gênero e sexualidade, mesmo que ainda se necessite conquistar a obrigatoriedade nos currículos das licenciaturas e bacharelados das humanidades.



ISSN nº 2595-7341

Vol. 2, n. 1, Janeiro-Abril, 2019

Araújo (2016) afirma que o currículo é relação de poder, e no campo das licenciaturas, é possível observar que, ao abordar o desenvolvimento infantil, tem-se construído espaços para abordagens sobre sexualidade. O pesquisador, reflete sobre sua experiência ao ofertar uma disciplina de Psicologia da Aprendizagem na Licenciatura em Biologia na UFT. Rocha (2012) já nos alertava, que a Psicologia tem sido, inclusive, um espaço de acolhimento para jovens docentes universitários que iniciam uma busca por discutir e estudar sexualidade, sendo muitas vezes, a primeira fonte bibliográfica para quem ainda não teve acesso as discussões feministas e queer, por exemplo.

Vemos que este marcador é característica de uma determinada geração de pesquisadoras/es que adentrou as universidades no final dos anos de 1990, quando os Estudos Feministas ainda encontravam maior dificuldade no processo de interiorização dos núcleos de estudos fora do eixo Sul-Sudeste. O que a partir de meados dos anos 2000 se alterou profundamente com a expansão universitária (FACCHINI *et. al.*, 2013) promovida pela gestão federal do Partido dos Trabalhadores (PT).

Neste sentido, o currículo formal tem imposto limites a discussões que as biografias dos sujeitos fissuram. O que tem fortalecido iniciativas de extensão e pesquisa como as que comunicamos neste texto. O impacto que verificamos tem dimensão no que Foucault (1981) denominou de micropolítica, e que podemos considerar como aqueles processos que podem mudar as lógicas estabelecidas.

A questão micropolítica – ou seja, a questão de uma analítica das formações do desejo no campo social – diz respeito ao modo como se cruza o nível das diferenças sociais mais amplas (que chamei de 'molar'), com aquele que chamei de 'molecular'. Entre esses dois níveis, não há uma oposição distintiva que dependa de um princípio lógico de contradição. Parece difícil, mas é preciso simplesmente mudar a lógica.



ISSN nº 2595-7341

Vol. 2, n. 1, Janeiro-Abril, 2019

Na física quântica, por exemplo, foi necessário que um dia os físicos admitissem que a matéria é corpuscular e ondulatória, ao mesmo tempo. Da mesma forma, as lutas sociais são, ao mesmo tempo, molares e moleculares (GUATARRI; ROLNIK, 1986, p. 127).

Logo, o que apontamos anteriormente sobre o aumento dos grupos de pesquisas de gênero e sexualidade, da inserção de disciplinas optativas e obrigatórias, e ampliação dos números de projetos de extensão e pesquisa acerca destas temáticas, demonstram um impacto de uma micropolítica exercida por feministas e ativistas LGBT no contexto educacional. Mesmo que, estruturalmente os avanços ainda representem impacto cultural e institucional insuficientes para eliminação da LGBTfobia, sexismo e racismo, há um efeito micropolítico que conduz a processos de alteração das relações de poder que envolvem violência, discriminação e as lutas por reconhecimento, redistribuição e representatividade (FRASER, 2007).

Notas Conclusivas

Em resposta ao recrudescimento do conservadorismo nas agendas LGBT, no mês de setembro de 2017, pesquisadoras/es líderes e representantes de grupos de pesquisa em gênero e sexualidade brasileiras/os reunidas/os em Salvador, no âmbito do V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, após a partilha de experiências de atuação acadêmica nos campos de ensino, pesquisa e extensão, instituíram o Fórum Permanente de Grupos, Núcleos e Centros de Pesquisa em Gênero e Sexualidade. Levando em conta o crescimento notável do número de grupos de pesquisa vinculados ao CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa) e que atuam neste campo, o objetivo do Fórum é criar mecanismos de avaliação levando em conta o caráter interdisciplinar de atuação e deflagrar o



ISSN nº 2595-7341

Vol. 2, n. 1, Janeiro-Abril, 2019

amplo debate sobre a possibilidade de criação da área “relações de gênero e sexualidades” no campo das ciências brasileiras.

Os processos formativos em gênero e sexualidade no contexto da extensão destacam a interdisciplinaridade como elemento fundante na produção e difusão de conhecimentos das diversas áreas que fortalecem este campo de debate transversal, a exemplo da educação, comunicação, sociologia, antropologia, direito, serviço social, saúde coletiva e psicologia. Por sua vez, a formação acadêmica a partir da crítica de gênero e das interseccionalidades, em uma época marcada por profundas assimetrias e crescentes desigualdades, é sinal de compromisso social com a produção de conhecimento.

A metodologia feminista e interseccional do presente projeto fomentou a produção de um debate crítico e reflexivo, por meio de estratégias diversificadas e plurais de condução dos processos educacionais e formativos em gênero e sexualidade na universidade. Por meio da frequência e adesão ao curso, baixa evasão das aulas, boa qualidade dos diálogos construídos, relatos de vivência compartilhadas, *feedback* positivo sobre o trabalho, diversidade das atividades envolvidas e compromisso ético e político de participantes e facilitadoras, o curso teve êxito em sua proposta de construção do conhecimento feminista em um espaço relacional plural e multidisciplinar, que envolveu estudantes e comunidade, resultando em trocas críticas e reflexivas.

A luta pela descolonização do conhecimento inclui a busca de formas alternativas e emancipatórias para sua produção, e nesse sentido, a interdisciplinaridade é um modo de transgressão às formas clássicas de se conhecer o mundo. A extensão universitária, potencializada pela interdisciplinaridade e interseccionalidade, permitiu desestabilizar os saberes



ISSN nº 2595-7341

Vol. 2, n. 1, Janeiro-Abril, 2019

coloniais por meio da produção alternativa de saberes locais com a abertura de espaços para as diferentes vozes. Deste modo, consideramos a extensão como espaço subversivo e transformador, quando pensada a partir de processos dialógicos de formação em gênero e sexualidade.

Referências

- ALVES, Helys Dyanna F. Atuações de combate às desigualdades na inserção ao ensino superior público: ações afirmativas e um arcabouço na contramão. In: IRINEU, Bruna A. **Diversidades e políticas da diferença: intervenções, experiências e aprendizagens em sexualidade, gênero e raça**. Palmas: EdUFT, 2016.
- ARAÚJO, Rubenilson Pereira. Enfoques sobre gênero e diversidade sexual na formação inicial de postulantes à docência em cursos de licenciatura. In: IRINEU, Bruna A. **Diversidades e políticas da diferença: intervenções, experiências e aprendizagens em sexualidade, gênero e raça**. Palmas: EdUFT, 2016.
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete S. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. Barcelona: Edicions Belaterra, 2001.
- BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursives Del sexo**. Buenos Aires: Paidós, 2005.
- _____. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CRENSHAW, Kimberlé. "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero". In: **Revista de Estudos feministas**. Florianópolis, v. 10, no 1, p. 171-188, jan., 2002.
- CORNEJO-VALLE, M. and PICHARDO, J. I. La "ideología de género" frente a los derechos sexuales y reproductivos. El escenario español. **Cad. Pagu** [online]. 2017, n.50, 175009. [viewed 21 July 2018]. ISSN 1809-4449. Available from: <http://ref.scielo.org/vvjhtm>



ISSN nº 2595-7341

Vol. 2, n. 1, Janeiro-Abril, 2019

FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILLON, Ana Claudia. "Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. In: **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v. 44, nº 1, jan./jun., 2013, p.161-193.

FERNANDES, Felipe Bruno M.; IRINEU, Bruna Andrade. Extensão universitária em gênero e sexualidade. In: **Revista Feminismos**. [online] 2015, vol.03, n. 01, p. 59-63. ISSN 2317-2932. Disponível em: <<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/viewFile/186/150>>.

FRASER, Nancy. "Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação". In: **Revista de Estudos Feministas**. [online]. 2007, vol.15, nº2, p.291-308. ISSN 0104-026X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200002>.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade – A vontade de saber**. São Paulo: Editora Graal, 1988. v. I.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. **Micropolítica. Cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GONÇALVES MAIA, M. F.; TRINDADE ROCHA, J. D.; MERIQUI RODRIGUES, M. MÍDIAS EDUCATIVAS "MAIS MULHERES": um centro de documentação interdisciplinar de gênero e comunicação em Palmas, Tocantins, Brasil. **Revista Observatório**, v. 3, n. 4, p. 427-444, 1 jul. 2017.

IRINEU, Bruna A.; OLIVEIRA, Brendhon A.; RODRIGUES, Mariana M. Políticas de enfrentamento ao sexismo e à homofobia no ambiente prisional: diálogos possíveis, enfrentamentos necessários, considerações sobre o perfil sociocultural e profissional d@s participantes do projeto de extensão. In: IRINEU, Bruna A.; RODRIGUES, Mariana M. **Diálogos para o enfrentamento à homofobia e ao sexismo em contextos de privação de liberdade**. Palmas: EdUFT, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.



ISSN nº 2595-7341

Vol. 2, n. 1, Janeiro-Abril, 2019

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. P. 24-38.

MACHADO, S. DE S. ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E PAPÉIS MODELO: #Mais Mulheres Maravilha nos Cinemas. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 354-386, 1 out. 2017.

MARANHÃO FILHO, E. M. DE A. "Sou presbiteriana crossdresser e saio do armário no Facebook": (Re/des)montando identidades trans* em rede e na rede. **Revista Observatório**, v. 2, n. 1, p. 138-160, 1 maio 2016.

MELLO, Luiz & Et. Alli. **Políticas públicas para a população LGBT no Brasil**: um mapeamento crítico preliminar. Relatório de Pesquisa: UFG, 2010.

ROCHA, José Damião T. Juventude LGBT e bullying homofóbico nas instituições educacionais: relatos e debates de experiências no Tocantins. In: IRINEU, Bruna A.; FROEMMING, Cecília N. **Gênero, Sexualidade e Direitos**: construindo políticas de enfrentamento ao sexismo e a homofobia. Palmas: EdUFT, 2012.

RUBIN, Gayle. —Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. In: VANCE, Carole (Org.). **Placer y peligro**: explorando la sexualidad femenina. Madrid: Revolución Madrid, 1989.

_____. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a —economia políticall do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993.

SERRANO, Rosa Maria S. M. **Conceitos de extensão universitária**: um diálogo com Paulo Freire. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_d_e_xtensao_universitaria.pdf. Acesso em: 10 jan. 2015.